

**CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ALIMENTAÇÃO DA CRIANÇA NA CRECHE COMUNITÁRIA:
UM PROBLEMA DE INFORMAÇÃO?**

Mabel de Brito Santos^a

Judith Sena da Silva Santana^b

Resumo

O estudo foi realizado em 2001, na creche comunitária Mundo da Criança, localizada no município de Feira de Santana, Bahia, tendo como objetivos conhecer os critérios utilizados na elaboração do cardápio da creche e os saberes das trabalhadoras sobre a alimentação do pré-escolar. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, sendo considerada a creche enquanto instrumento social de assistência, e tendo a política de alimentação no Brasil e a alimentação do pré-escolar como suporte teórico. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a entrevista semi-estruturada e a observação participante. A população entrevistada no estudo foi representada pelas trabalhadoras da creche, observando-se os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos. A análise foi construída com base na técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados demonstram que os critérios definidores do cardápio na creche, segundo as trabalhadoras, são, primeiramente recursos financeiros, posteriormente, o sabor das preparações e por último, o aspecto nutricional. Fica evidente, nos resultados, a falta de informação das entrevistadas a respeito da alimentação do pré-escolar associado à histórica desvalorização da infância, o que resulta na desatenção das preferências alimentares das crianças. O estudo evidenciou a necessidade de uma política municipal/federal de liberação de recursos e de capacitação dos recursos humanos para a promoção do crescimento e desenvolvimento global da criança.

Palavras-chave: Alimentação, criança, creche.

^aNutricionista. Funcionária da Creche da UEFS. Docente do curso de Nutrição da UNEB. Mestra em Saúde Coletiva pela UEFS. mabelbrito@pop.com.br

^bEnfermeira. Doutora em Enfermagem pela UFRJ. Professora do Mestrado em Saúde Coletiva da UEFS. judithsena@superig.com.br

USED CRITERIA TO PREPARE THE MENU IN A PRE-SCHOOL:
IS IT A INFORMATION PROBLEM?

Abstract

This study was carried out in 2001, at “Mundo da Criança” community pre-school in Feira de Santana County, Bahia. It aims at describing criteria used for preparing the menu for children, and the workers’ knowledge about pre-school food and children’s preferences in this Institution. It is a qualitative study, in which crèches are seen as supportive social instruments, and food policy in Brazil and pre-school food are taken as theoretical support. Data collection was conducted through semi-structured interviews and participative observation. The population interviewed consisted of the seven crèche workers. Analysis was undertaken on the basis of Content Analysis technique. The conclusions show that the main defining criteria for menu selection in the crèche, according to workers’ report, are financial resources, followed by tastes of the preparations, and finally, by nutritional aspect. Results evidence the lack of information from the part of the interviewed concerning pre-school nurturing, associated with the historic neglect on infancy needs, consequently disregarding children food preferences. The research revealed the urgency in allowing for county/federal resources policies of and human resources capacity to encourage children global growth and development.

Keywords: Pre-School Food; Children; Pre-School.

INTRODUÇÃO

A alimentação se constitui, segundo Valente (p. 21)¹, em “um rico ritual de criatividade, de partilha, de carinho, de amor, de solidariedade e de comunhão entre os seres humanos e com a própria natureza, permeado pelas características culturais de cada grupamento humano.”

Podemos, assim, entender que comer não significa apenas satisfazer necessidades nutricionais, mas possibilitar, em cada ser humano, o desenvolvimento de suas atividades intelectuais, psicológicas, biológicas e culturais num processo de constante socialização. A alimentação, como condição para a existência vital, remete-nos à consideração de que garantir e promover o direito à alimentação a todos diz respeito à garantia da vida humana. Portanto, não há razão política ou econômica que possa justificar a negação do acesso ao alimento como direito humano básico. Tal direito envolve, além da garantia de acesso aos alimentos, informações sobre as práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que promovam a saúde.

Nos primeiros anos de vida, a alimentação irá determinar o crescimento e o desenvolvimento adequado da criança. A desnutrição crônica infantil, no Norte e Nordeste

brasileiros, apresentam níveis elevados, 16,2% e 17,9% respectivamente, e preocupa em virtude da ausência de sinais de evolução nas atividades econômicas, além das ameaças de redução com gastos sociais nestas regiões ².

A história brasileira é marcada pela extrema concentração de terras, de riqueza e de renda, pelo abastecimento alimentar insuficiente em várias áreas urbanas e rurais do País e pelo inadequado controle de qualidade dos alimentos, que dificultam o acesso à alimentação segura e nutricionalmente adequada, principalmente para as camadas mais pobres da população.

Embora Monteiro ³ demonstre uma redução de 30% na desnutrição no Brasil, em todas as regiões nos últimos trinta anos, atribuída às melhorias no serviço de saúde, água, saneamento e ao sistema de comunicação, as deficiências de micronutrientes mantêm-se com prevalências significativas, principalmente na população materno-infantil. De acordo com informações divulgadas pelo UNICEF (1998), a deficiência de ferro afeta lactentes e pré-escolares em todo o país e a ocorrência de hipovitaminose A é, freqüentemente, identificada na população infantil da Região Nordeste.

Segundo Prado ⁴, a anemia afeta de 22 a 59% dos pré-escolares na Região Nordeste, mas, em inquéritos nutricionais, realizados no Município de São Paulo, também foi detectado um aumento, em dez anos, de 50% da prevalência de anemia entre crianças em idade pré-escolar.

A partir dessas considerações, destacamos o conceito brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, elaborado a partir de debates desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), criado em 1993 e composto por oito ministros e vinte e um representantes da sociedade civil:

[...]a segurança alimentar e nutricional consiste em garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para a existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. ¹ (p.26)

Entre as prioridades da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, destacamos aquela que visa assegurar saúde, alimentação e nutrição a grupos populacionais determinados, como o materno-infantil e o grupo de escolares. Desta forma, a Segurança Alimentar e Nutricional assume papel estratégico no desenvolvimento social do Brasil.

Ao vincular essa idéia à creche comunitária, que tem sob sua responsabilidade a oferta alimentar como um cuidado primário, percebemos o seu importante papel na promoção da saúde e do desenvolvimento integral da criança.

Buscando contribuir para a efetivação dessa premissa, este estudo objetiva descrever os critérios e saberes utilizados pelas trabalhadoras da creche comunitária Mundo da Criança, localizada em Feira de Santana-Ba, na definição do tipo de alimentação dispensada à criança.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, dado o caráter subjetivo de sua temática. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a entrevista semi-estruturada com questões abertas e fechadas relacionadas e a observação participante *in loco*, com a finalidade de conhecer o fenômeno no momento em que ele acontece, numa relação interativa entre pesquisador e pesquisados. Na observação, focalizaram-se os momentos de refeição da criança, além da aquisição, seleção, preparo e armazenamento dos alimentos.

Através de entrevista semi-estruturada, foram entrevistadas sete trabalhadoras da creche, nomeadas como grupo-chave, que cuidavam de vinte e uma crianças na faixa etária de 2 a 6 anos. Também foram ouvidas algumas mães e crianças sobre as preferências alimentares destas últimas e sua história alimentar.

Com base na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde foi garantido às entrevistadas que as informações obtidas seriam utilizadas apenas para os fins desta investigação, garantindo-lhes o sigilo e anonimato durante a sua realização e a divulgação dos resultados, sendo suas falas identificadas através de códigos, como: Ef2 (E = entrevistado; f, m ou c = conforme seja funcionária, mãe ou criança; 2 = número da entrevista). Os sujeitos que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados foram analisados com base na Técnica de *Análise de Conteúdo*, que tem como finalidade a descrição sistemática do conteúdo das comunicações, apontando seus diferentes aspectos e extraindo seus significados.

A idade das trabalhadoras da creche variou entre 15 e 64 anos, sendo que metade delas possui relação de parentesco entre si. Apenas 3 cursaram o segundo grau completo. Nenhuma relata experiência anterior com crianças de creche e a situação trabalhista de todas é informal, sem registro em carteira, nem salário mínimo legal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar do avanço observado no que consiste aos saberes sobre a especificidade da criança para a adequação da creche como um espaço que deve ser organizado em função dela, desde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, que estabelece a

obrigatoriedade de empresas que possuam a partir de 30 empregadas, possuir sala de amamentação para as crianças, até a definição da distribuição e tamanho do espaço necessário para esta atividade, ainda encontramos várias dificuldades para cuidar, educar e alimentar as crianças na creche comunitária.

Segundo Rosemberg ⁵, a alimentação assume função primordial na creche por responder, de forma coletiva, à atenção básica à criança, embora nem sempre adequada.

Quando questionadas sobre os critérios que definem a alimentação oferecida às crianças, as trabalhadoras da creche comunitária deste estudo, são unânimes em afirmar que o aspecto econômico é o de peso maior. Isto porque dependem de doações, que não são regulares, e de verbas governamentais, que se atrasam por períodos muito longos, exigindo a adoção, por parte da coordenação da instituição, de estratégias alternativas para a aquisição dos alimentos, como compras com recursos próprios ou a prazo, quando gozam de prestígio no comércio.

Percebemos, nas falas dos sujeitos que lidam com a criança, que o maior fator limitante do consumo alimentar ideal nesta instituição é, basicamente, o recurso financeiro: “O mais importante é ter dinheiro para comprar. Para não faltar a alimentação da creche”. (EF01); “O dinheiro da creche também atrasa”. (EF06); “Falta o povo ajudar”.(EF06)

Esses discursos demonstram a situação de exposição dessas crianças na condição de carentes e dependentes da caridade de terceiros e da própria equipe, quando o direito à alimentação lhes é garantido, legalmente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Essa visão da oferta alimentar à criança na creche comunitária como uma atitude caridosa, que visa sanar suas necessidades, está incorporada à fala das entrevistadas deste estudo: “São carentes de tudo”. (EF04); “As crianças estão aqui pra não passar necessidades”. (EF07).

A concepção distorcida da assistência à criança pobre no Brasil é determinada, historicamente, pelas atividades filantrópicas consideradas como caridade. Somente a partir da década de 20 do século passado, segundo Priore ⁶ (p.350), “a caridade misericordiosa e privada, praticada por instituições religiosas tanto nas capitais como nas pequenas cidades, cede lugar às ações governamentais como políticas sociais”. No entanto, a política social se contradiz, ao garantir um direito na Constituição e não assumi-lo na prática. Como pode a instituição ter que esperar por recurso para oferecer o alimento para a criança que dele necessita para crescer e se desenvolver?

De acordo com Freitas ⁷ (p. 23), “os recursos que garantiriam a manutenção de 1,5 milhão de crianças carentes em creches passaram por uma redução de 29%, representando o descompromisso com mais de 500 mil crianças no ano de 1999”.

É importante lembrar que, associado ao histórico de desvalorização da criança que determina o modo como esta ainda é atendida hoje, existe, também, a evolução histórica do

cuidar/cuidador que também interfere nesta atenção. Desde o pastor de ovelhas até a equipe multiprofissional recomendada pelo Ministério da Saúde para compor a equipe da creche, são evidentes as mudanças que devem estar influenciando na adoção de medidas adequadas e criteriosas no trato com a criança, embora ainda se observe muita prática do senso comum e pouca valorização do gosto da criança, principalmente na alimentação.

Neste estudo, refletindo um saber e uma prática cultural, entre os critérios utilizados na definição da alimentação da criança na creche, o sabor foi lembrado por apenas um terço das entrevistadas que referiram: “A comida deve ser sempre bem gostosinha”. (EF07).

Essa desvalorização do gosto pode estar relacionada à percepção de que as crianças, por serem necessitadas e carentes, devem aceitar o que lhes for oferecido. No entanto, de acordo com Ceccon e Ceccon⁸, a comida deve ser atrativa e saborosa, devendo respeitar os hábitos alimentares das crianças, vez que a forma de apresentação dos alimentos, suas cores, seu odor e o cuidado com que são preparados são percebidos pela criança e podem estimular sua aceitação.

O valor nutricional da dieta foi referido por apenas uma das entrevistadas, quando questionadas sobre os aspectos que definem o cardápio na creche: “Tudo que tenha nutrientes, pois, além de estar em fase de crescimento, ajuda nos problemas mentais”. (EF02).

O Ministério da Educação definiu critérios para uma Merenda Escolar adequada: dar preferência a alimentos *in natura*, evitando os industrializados, oferecer a alimentação adequada à faixa etária da criança, do ponto de vista energético e de nutrientes, além de respeitar os cuidados de higiene no preparo para que a alimentação não cause danos a saúde da criança. Estes critérios concordam com aqueles, referidos anteriormente, relativos à moderação, à variedade e ao equilíbrio na alimentação.

Em nosso estudo, também observamos que os aspectos referentes à higiene no preparo das refeições são considerados importantes apenas pela minoria das entrevistadas: “A comida limpinha. A comida direitinha”.(EF05).

O fato de o discurso referente à higiene ter sido escasso pode não refletir o desconhecimento a respeito da importância da higiene no preparo da alimentação, mas a falta de prioridade, decorrente da carência de recursos financeiros, já citada como elemento que restringe o número de pessoas para executar o serviço. Assim, a rotina diária tende à execução mais rápida das atividades, dispensando atitudes mais cuidadosas e demoradas, relativas à higiene de alimentos, de utensílios e do ambiente.

A relação entre a disseminação de doenças infecciosas e a falta de higiene nas práticas durante o preparo e oferta das refeições não foi admitida por funcionárias de uma creche comunitária em São Paulo. De acordo com o estudo, as trabalhadoras atribuem os agravos coletivos

às causas exteriores, como a qualidade da água e “nem sempre cumprem as normas prescritas, tanto por não estarem convencidas da importância das mesmas, quanto pelo que consideram sujo e limpo”⁹ (p.1146).

A consequência disso é tornar essas crianças mais expostas às diarreias, às infecções respiratórias e às parasitoses, podendo comprometer, de maneira importante, o consumo de alimentos por redução do apetite e por diminuição da absorção de nutrientes.

Segundo Pelicioni e Candeias¹⁰, o profissional de creche comunitária não tem uma carreira definida e regulamentada, recebe baixos salários e não é submetido a cursos de capacitação e treinamento específicos, o que dificulta sua atuação na instituição comprometendo o atendimento às necessidades afetivas e educacionais das crianças na creche.

A desvalorização do valor nutricional, como aspecto definidor do cardápio, reflete a desarticulação/discrepância entre os saberes das funcionárias sobre a alimentação do pré-escolar e os critérios orientados pelo MEC. Não se pode esperar uma prática exemplar do profissional que não recebeu formação para executá-la. Utilizam um saber apreendido nas relações do dia-a-dia, sem compromisso com bases cientificamente corretas.

De acordo com a pesquisa realizada pela Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Salvador, em 1998, em 80 creches da rede conveniada, constatou-se que em 46% delas a alimentação é insuficiente e inadequada do ponto de vista de estocagem, manuseio e preparo dos alimentos. Some-se a isto a carência de profissionais em 42% do universo pesquisado, além do fato de a capacitação ter sido considerada pouco satisfatória em 72% dos recursos humanos destas instituições¹¹.

Embora o valor nutricional tenha sido pouco citado como elemento importante na definição do cardápio, quase metade das entrevistadas da creche aponta a alimentação como importante para a saúde da criança e metade reforça esta idéia no seu discurso, indicando o valor da alimentação para o seu crescimento e desenvolvimento.

Por outro lado, mesmo valorizando a alimentação como importante na determinação da saúde, não há um aprofundamento no conhecimento a respeito dos alimentos no que diz respeito ao seu valor nutricional e às suas funções. Podemos perceber isto nas falas que se seguem, quando são questionadas sobre a utilidade dos alimentos: “Para a saúde, porque se não alimentar não tem saúde”.(EF01); “...para manter o ser humano de pé”. (EF02); “Para o desenvolvimento melhor, para ficar saudável”.(EF03).

Nas falas, não foram mencionados os grupos de nutrientes indispensáveis, como proteínas, carboidratos, gorduras, vitaminas e minerais, muito menos suas fontes e quantidades necessárias. Esta situação reforça a necessidade de capacitação das pessoas que atuam na

educação infantil, como orienta o projeto elaborado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia ¹², que inclui, em seu conteúdo programático, noções gerais de nutrição, higiene alimentar e estimulação educacional para desenvolver bons hábitos alimentares nas crianças.

A Lei Orgânica do município de Feira de Santana afirma, no Cap.III da Ordem Social Art.140 ¹³ (p.57), que, para o atendimento pedagógico de crianças até seis anos de idade, deve-se “instituir, para a rede municipal de creches, equipe multidisciplinar, composta por professor, pedagogo, psicólogo, assistente social, enfermeiro e nutricionista” e “propiciar cursos e programas de reciclagem, treinamento, gerenciamento administrativo e especialização, visando a melhoria e ao aperfeiçoamento dos trabalhadores de creches”. No entanto, percebemos, no período do estudo e com base nos conhecimentos demonstrados pelas trabalhadoras da creche Mundo da Criança, que estas ações não vêm sendo realizadas, o que compromete o atendimento às crianças na instituição.

Entre as entrevistadas, há uma consciência positiva a respeito do uso de vegetais na alimentação, pois mais da metade considerou que a alimentação do pré-escolar deve conter frutas e verduras para ser considerada saudável. Este saber pode estar relacionado à ampla divulgação destes alimentos pelos meios de comunicação, como alimentos importantes para prevenção de doenças que podem desenvolver-se na infância. “Frutas são muito saudáveis para a criança”.(EF03); “Eu acredito que seja as verduras, né? Porque tem mais vitaminas, porque feijão eu acho que tem que comer todos os dias. Mas também todos os dias, enjoa. Mas se a semana tem sete dias, eles devem comer cinco dias e dois dias não porque devido a necessidade, porque você sabe que a creche aqui, eles são carente, né? Têm vários tipos de creche, a daqui, por exemplo é mais carente, como você está aqui conosco, você tá vendo como é. Então a gente tem que procurar uma alimentação já rica em tudo também, em tudo para que eles se fortaleçam, né?” (EF04).

Essa idéia pode ser reforçada pela reação da trabalhadora à oferta de pipoca no lanche: “Pipoca não enche barriga!”(OBS08f14). Percebemos que a idéia predominante é de que criança carente precisa de alimento que “encham a barriga” e que sacie a fome. Nessa fala, destacamos o conhecimento a respeito do que se denominam “calorias vazias”. As “calorias vazias” são aquelas provenientes de alimentos ricos em energia e pobres em nutrientes importantes para a saúde da criança, como as vitaminas e os minerais.

Os alimentos que melhor representam essa terminologia são os salgadinhos, balas, chicletes, pirulitos, pipocas doces e outros alimentos adoçados, consumidos intensamente pelas crianças durante o dia na creche. E apresentam a agravante de contribuírem para o aumento da prevalência de cárie dental, aspecto pouco trabalhado nas creches comunitárias.

Em estudo realizado por Rodrigues ¹⁴ (p.43), em creche comunitária no Rio de

Janeiro, a autora destaca que:

[...]a ação – cuidar da criança – está fundamentada em conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Isso mostra-se evidente quando a pessoa, ao desenvolver um cuidado com a criança, lança mão de suas próprias vivências, de tipificações já existentes e ou daquelas de seus familiares, seus antecessores, o que constitui a sua sedimentação de conhecimentos.

Do mesmo modo, as trabalhadoras da creche Mundo da Criança desenvolvem suas tarefas baseadas nos conhecimentos adquiridos em suas vivências, como nos cuidados com os próprios filhos e informações transmitidas por familiares e amigos. Não obstante, as necessidades alimentares podem ser mais bem supridas se o alimento estiver associado ao carinho e à atenção no trato com a criança. No entanto, o que notamos é que as condições de trabalho e o estilo de vida das trabalhadoras impedem a dispensa destes elementos. Falta-lhes falta tempo para um cuidado mais integral.

Exemplo disso é que, entre as entrevistadas, apenas uma apontou a cárie dental como um dos problemas mais comuns de saúde na creche. No entanto, através das observações, constatamos a presença de cárie em quase todas as crianças. Aliado a isso, não ocorreu, em nenhum momento, durante todo o estudo, a higiene bucal através da escovação.

Também, contrariando os discursos, o cardápio exposto na cozinha, construído por uma das trabalhadoras, demonstra o conhecimento sobre a alimentação para as crianças da creche, embora ele não aconteça na prática. Neste cardápio podemos encontrar frutas, leite, carnes, pão, biscoitos, macarrão e feijão. A equipe considera o alimento na creche bem elaborado: “[...]a comida daqui é muito bem feita[...]”(EF02); e o cardápio colocado na parede o ideal para a criança, como refere uma delas: “É assim que deve ser a comida das crianças, né!” (OBS15).

Podemos analisar sob vários aspectos o cardápio sugerido. De um modo geral, a avaliação é positiva, pois valoriza todos os grupos alimentares, como carnes, leite, frutas, verduras, cereais e leguminosas, importantes para compor uma alimentação equilibrada¹⁵. Por outro lado, além de a salada estar presente em apenas um dia no cardápio, esta não foi observada em nenhum dia na oferta do almoço, quando seria uma boa oportunidade de oferecer diversos tipos de verduras e legumes na dieta da criança, inclusive, para desenvolver a aceitação e criar o hábito. Segundo Ctenas¹⁵, as verduras devem ser oferecidas diariamente.

Outro ponto a ser discutido sobre esse cardápio é a combinação de arroz com o macarrão, o que contribui para a elevação da oferta energética através da elevada concentração de amido destes alimentos. No entanto, a combinação arroz e feijão ou macarrão com feijão poderia

ser selecionada, contribuindo não só com o aporte calórico adequado, como oferecendo maior diversidade de nutrientes, como ferro e fibras contidos no feijão. Segundo Mazza ¹⁶, combinação de arroz e feijão também é uma boa opção do ponto de vista nutricional, por se tratar de alimentos complementares, conforme composição das proteínas neles presentes.

O uso do café também pode ser questionado na medida em que este alimento não possui valor nutricional para a saúde da criança, sendo rico em taninos, substâncias que podem diminuir a absorção de zinco, ferro e cobre, essenciais no processo de crescimento e desenvolvimento ¹⁶.

Pudemos constatar várias contradições, como na fala da maioria das trabalhadoras da creche ao referirem que são servidas quatro refeições diárias para as crianças, quando isto não ocorreu, na prática, em nenhuma ocasião, durante o estudo. No máximo, foram oferecidas três refeições: “São quatro refeições: tem a merenda e tem o café pela manhã, tem um almoço doze horas que comem bem, depois tem um lanchinho e quando vão saindo, o mingau, ou se não, uma sopa no finzinho do dia”.(EF01). Contudo, uma delas foi mais coerente ao relatar o que acontece: “Elas recebem três refeições diárias. Vêm de casa, recebem um café da manhã às nove, almoçam onze, e têm um lanchinho três e meia, quatro horas”.(EF02)

Fica evidente a necessidade que essas trabalhadoras têm em demonstrar a realização de um trabalho bem elaborado, sem falhas; no entanto, as condições econômicas da instituição interferem diretamente na oferta alimentar, não permitindo que isto ocorra de fato. Além disso, críticas ao trabalho desenvolvido na instituição podem significar a perda do emprego, o que comprometeria ainda mais sua condição econômica.

Assim, é necessário levar em conta a situação dessas entrevistadas que possuem condições socioeconômicas difíceis, visto que sustentam famílias sozinhas, a maioria sem o companheiro, têm em média três filhos e não contam com outra fonte de renda, se submetendo às condições impostas pela instituição, que, por sua vez, não possui recursos para oferecer-lhes melhores condições. Esta situação influencia tanto as atitudes como as falas das entrevistadas e as contradições existentes entre elas.

Outra divergência percebida entre o que pensam as entrevistadas e suas atitudes, refere-se aos horários das refeições registrados no cardápio da creche, que têm intervalos mais regulares para melhor distribuição de alimentos durante o dia. No entanto, na prática os horários do cardápio não foram respeitados e se apresentaram irregulares em quase todas as observações.

A irregularidade na oferta alimentar é uma prática inadequada, pois o organismo da criança necessita de horários regulares para as refeições, vez que existem exigências energéticas, metabólicas e hormonais que se preparam para a recepção do alimento e para o seu melhor

aproveitamento. De acordo com Falcão ¹⁷, os horários das refeições básicas devem ser respeitados, evitando-se o consumo de guloseimas entre estas para que não haja interferência destes alimentos no apetite para as próximas refeições. As entrevistadas não referiram a importância dos horários, assim como não o consideraram na prática.

Ainda em contradição com a prática, notamos a ausência de frutas no lanche e verduras na sopa, e carnes diversas todos os dias da semana, de acordo com o cardápio prescrito exposto na cozinha da creche. Observamos, no dia-a-dia, uma oferta eventual de carne e verduras num cozido em quantidade insuficiente e que não consegue atender às necessidades nutricionais das crianças. O cardápio expressa um saber razoável da equipe, que não consegue se efetivar na prática.

Entre as metas da Cúpula Mundial em Favor da Infância, existe a prescrição dos “dez passos para uma boa nutrição” e, entre eles, está o aumento do consumo de vegetais, a sugestão de diversificação da dieta e a substituição de açúcares e doces por frutas frescas ¹⁸.

Na maioria dos dias, foi oferecida a soja como substituta da carne. Este alimento possui elevado valor nutricional do ponto de vista protéico, embora seja uma fonte moderada de ferro e a absorção deste mineral pelo organismo pode ser prejudicada devido à presença de outros fatores que reduzem sua disponibilidade, não atendendo às demandas nutricionais deste grupo e podendo contribuir, no conjunto da dieta oferecida, para o risco de desenvolvimento de carências nutricionais nas crianças, como a anemia ¹⁹.

Apesar de existirem mecanismos que determinam o balanço de ferro no organismo, diminuindo o risco de deficiência deste mineral, na criança, estes fatores de regulação podem não ser suficientes por conta da rápida mobilização de reservas que ocorre durante o período de crescimento ²⁰.

A explicação para a carência da carne e do fígado, na creche, direciona-se para o custo elevado destes alimentos quando relacionado à escassez de recursos da instituição. Todavia, também não foi possível observar o uso de alimentos, como frutas da safra atual, considerando serem estes mais acessíveis. Fatores culturais podem estar influenciando tal comportamento; inclusive, considerando-se que, se o adulto não tem determinado costume, dificilmente o recomendará. Neste caso, a criança leva grande desvantagem na construção dos hábitos alimentares.

O grupo que compõe a creche não conta com nenhum dos profissionais indicados pelo Ministério da Saúde. A carência é geral, de recursos físicos, materiais, financeiros e humanos.

Também no estudo da Secretaria Municipal de Ação Social de Salvador, citado anteriormente, nas 111 creches comunitárias estudadas, foi constatado que a base da alimentação nestas creche era composta de cereais e massas refinadas, leguminosas secas, leite e soja.

Eventualmente, era oferecido carne ou frango. A alimentação servida, portanto, proporcionava uma dieta pobre em hortaliças e verduras (sais minerais). A pesquisa demonstrou, ainda, que os encarregados de preparar os alimentos não possuíam orientação suficiente para exercer atividade de manipulação de alimentos.

Esses fatos nos remetem a diferenças sociais de classes determinando os tipos de refeições oferecidas a crianças pobres e ricas no País, pois os preços de alimentos e a indisponibilidade financeira para aquisição obrigam a substituir os produtos mais caros por itens mais acessíveis, o que, por vezes, torna a refeição menos nutritiva e menos diversificada. Fazemos esta consideração com base na experiência em outra creche (UEFS) onde não há restrição financeira para a aquisição dos alimentos e a realidade é diferenciada, sendo possível fazer o balanceamento da alimentação, além de treinamento do pessoal que prepara o alimento e dos que cuidam da criança.

Também um aspecto muito esquecido pela maioria dos profissionais que lidam com as crianças é a oferta de água, que deve merecer especial atenção, pois este componente da dieta, embora não ofereça energia ou micronutrientes, participa de quase todas as reações metabólicas que ocorrem no organismo humano. Adicione-se a isto o fato de a região de Feira de Santana apresentar elevadas temperaturas durante todo o ano, o que leva à necessidade aumentada de ingestão de água para evitar o risco de desidratação.

No entanto, na Creche deste estudo, essa oferta restringe-se a um copo, uma vez ao dia, após o almoço, havendo resistência às solicitações de água pelas crianças durante o resto do dia: “[...]se a gente der água toda vez que eles pedirem, a gente vai passar o dia todo dando água a esses meninos.”(EF04); “Esses meninos querem água toda hora.”(OBS1418).

Segundo Falcão ¹⁷, a importância da água está em suas funções, que são a de facilitar a ingestão, a absorção e a integração dos nutrientes às células e também atuar nos processos de eliminação e excreção. Ele afirma ainda que ela compõe 70% do peso do corpo humano e sua reposição se faz necessária, constantemente. A água participa, praticamente, de todos os processos metabólicos celulares, portanto, pode-se dizer que interfere diretamente no crescimento e desenvolvimento da criança.

Pelo exposto até aqui, podemos observar que a oferta alimentar da creche Mundo da Criança apresenta reduzida oferta de fibras, vitaminas, minerais e água, por conta da pequena variação de alimentos oferecidos (mingau, macarrão, arroz, soja, biscoito, leite achocolatado, suco artificial), sendo rica apenas em carboidratos.

Essa alimentação pode contribuir para a frequência de gripes e resfriados, apontados por quase metade das entrevistadas como problema de saúde mais comum entre as crianças, e

para o prolongamento do período de convalescença, devido à deficiência de nutrientes que deveriam estar protegendo o organismo e elevando a sua imunidade.

A inobservância quanto aos horários das refeições, poucas informações a respeito da ingestão hídrica e sua importância, além da associação entre a alimentação e os problemas de saúde das crianças na creche e o período de recuperação, refletem os conhecimentos considerados insuficientes para o desenvolvimento das atividades relacionadas à alimentação das crianças pelas trabalhadoras na creche.

Também consideramos inadiável uma política de provimento de recursos para as creches comunitárias, haja vista não bastar que a equipe esteja informada sobre quais alimentos oferecer às crianças, fontes e quantidades; é necessário que a creche tenha condição de adquiri-los, prontamente, já que a criança não pode estacionar seu crescimento à espera do alimento. Os saberes só poderão ser aproveitados na presença de condições materialmente adequadas.

Assim, a adoção de critérios adequados na oferta alimentar da criança na creche comunitária, obedece a um conjunto de fatores relacionados com informação, formação, capacitação e sensibilização da equipe e com as condições materiais da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Valente FLS. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. *Rev. Nutr. PUCCAMP, Campinas, 1997; 10 (1). 20 - 36*
2. Monteiro CAA. O panorama da nutrição infantil nos anos 90. *Cadernos de políticas sociais. Série de documentos para discussão, 1996.*
3. Monteiro CA. *Velhos e novos males da saúde no Brasil. São Paulo:Hucitec; 2000.*
4. Prado MS. Suplementação da dieta com farelo de trigo e recuperação da anemia em crianças de 1 a 6 anos de idade. *R. Nutr, PUCCAMP, 1995; 8(2): 145 - 163*
5. Rosemberg, F. (Org.). *Creche. São Paulo: Cortez; 1989.*
6. Priore MD. *História das crianças no Brasil. 2.ed. .São Paulo: Contexto; 2000.*

7. Freitas MCS. Significados da fome: um estudo etnográfico em um bairro popular de Salvador. [Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)] Salvador: Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia; 2000.
8. Ceccon C. Ceccon JP. A creche saudável: educação infantil de qualidade. Porto Alegre: Artes Médicas; 2000.
9. Maranhão DG. O processo saúde-doença e os cuidados com a saúde na perspectiva dos educadores infantis. Cad. de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2000; 16 (2): 1143 - 1148.
10. Pelicione, C; 1997.
11. Salvador. Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social. Coordenadoria de Promoção Social. Pesquisa/Diagnóstico de creches da rede conveniada. Salvador; 1998.
12. Bahia. Programa de Atenção à Saúde da Criança – PASCRES (Programa de Assistência à Saúde da Criança em Creche) - SESAB-Instruções Normativas. Salvador: SESAB; 2000.
13. Feira de Santana. Câmara Municipal. Lei Orgânica. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 2000.
14. Rodrigues BMRD. O cuidar de crianças em creche comunitária: contribuição da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. Londrina: UEL; 1998
15. Ctenas MLB. Crescendo com saúde: o guia de crescimento. São Paulo: C2 Editora e Consultoria em Nutrição; 1999.
16. Mazza RPD. Biodisponibilidade de nutrientes: nutrição humana. Salvador: UFBA Escola de Nutrição; 1998.
17. Falcão A A. et al. Alimentar a criança: o desafio do dia-a-dia. São Paulo: Atheneu; 1996.
18. Organização Panamericana de Saúde. Ações de Saúde Materno Infantil a Nível Local, segundo as Metas da Cúpula Mundial em Favor da Criança. Washington, D.C. OPAS; 1997. xxvi, 283p.
19. Morais A A. Silva, A L. Soja: suas aplicações. Belo Horizonte: Medsi, 1996.

20. Vítolo MR. Impacto do uso de cereal adicionado de ferro sobre os níveis de hemoglobina e a antropometria de escolares. *Rev. Nutrição*, 1998; 11 (2): 163 - 171.

Recebido e aceito em 03/07/2005